

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI**

LUCIANO TRINDADE PETRY

**ANÁLISE DAS AÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL FACE O
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA (RS)**

**Porto Alegre
2022**

LUCIANO TRINDADE PETRY

**ANÁLISE DAS AÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL FACE O PLANO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas
Camara

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-reitora: Profa. Dra. Patrícia Helena Lucas Pranke

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO 21

Coordenador Geral: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Coordenador de Ensino: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Petry, Luciano Trindade
ANÁLISE DAS AÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
FACE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA
(RS) / Luciano Trindade Petry. -- 2022.
49 f.
Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de
Administração, Administração Pública no século 21,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Plano Municipal de Educação. 2. Educação
Infantil. 3. Avaliação de política pública. I. Camara,
Prof. Dr. Guilherme Dornelas, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: eadadm@ufrgs.br

Luciano Trindade Petry

**ANÁLISE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL FACE O PLANO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Aprovado em _____ de _____ de 2022.

Banca Examinadora

Examinadora: Prof.^a Dr.^a Luiza Araujo Damboriarena

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

RESUMO

O trabalho analisa as ações municipais referentes à Educação Infantil em Capão da Canoa (RS), face ao Plano Municipal de Educação no período de 2015 até 2025. O referente para a avaliação é a Meta 1 do respectivo plano. O propósito da pesquisa é verificar como estão sendo aplicadas as estratégias estabelecidas pela Meta 1 que objetivava universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e até o final da vigência deste PME ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, bem como avaliar o cumprimento das estratégias que alcançam o êxito e identificar as estratégias que não foram cumpridas no PME. As ações da Educação Infantil são situadas em seu contexto social, identificando os atores envolvidos no processo de desenvolvimento educacional, bem como sua participação no processo de escuta por meio de consulta e audiências públicas. O estudo conseguiu visualizar a oferta de vagas na Educação Infantil e na Educação Especial, sendo que na Educação Especial foi observado um crescimento acentuado de procura por vagas para essa população.

Palavras-chave: Educação pública. Análise de Políticas Públicas. Educação Infantil. Plano Municipal de Educação. Estratégias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre o plano tradicional e o estratégico....	21
Erro! Indicador não definido.	
Quadro 2 – Cumprimento das estratégias para a EI previstas no PME	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de escolas da Educação Básica.....	Erro! Indicador não definido.	2
Tabela 2 – Comparativo de alunos que frequentam a escola na Educação Infantil ..		12
Tabela 3 – Diagnóstico da População Educacional na faixa etária 0-5 anos		24
Tabela 4 – Qtde de alunos matriculados x quantidade de vagas a serem criadas....		25

Erro! Indicador não definido.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EF	Educação Fundamental
EI	Educação Infantil
EM	Ensino Médio
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SASE	Secretaria de Articulação com os sistemas de ensino
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 JUSTIFICATIVA.....	16
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17
4 PLANO, PLANEJAMENTO E PLANOS DE EDUCAÇÃO	20
4.1 ANÁLISES E AVALIAÇÕES DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....	23
5 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
6 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA	29
6.1 AGENTES PÚBLICOS E ATORES ENVOLVIDOS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	31
7 OBJETIVOS.....	33
7.1 OBJETIVO GERAL	33
7.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	33
8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
9 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	36
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 torna obrigatório no seu artigo 8º aos Estados, Distrito Federal e Municípios elaborarem seus correspondentes planos de educação, ou adequarem os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação no prazo de 1 ano contado da publicação da Lei. Enquanto a educação fundamental (EF) e média (EM) são objeto de diretrizes mais evidentes no PNE, a Educação Infantil (EI) passa a ser o foco de políticas municipais.

Segundo a Constituição Federal de 1988, os Municípios devem atuar prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como garantir o acesso à Educação, pois com esta constituição o tema tornou – se um direito social.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, inseriu a Educação Infantil dentro da Educação Básica que, por meio do Plano Nacional de Educação, procurou dar mais importância a esta etapa do desenvolvimento educacional, entretanto diversos planos municipais não apresentam objetivos de redução da evasão escolar, assim como maior controle de mecanismos de busca ativa e frequência escolar para alunos desta faixa etária.

A importância do PME para a educação infantil aumenta a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, que mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual no Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Logo, o Plano Nacional de Educação (PNE) tornou-se base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, terão que estimar os recursos orçamentários para a sua execução.

Para Tripodi, Delgado e Rodrigues (2018) a educação infantil, historicamente, é tida como uma concessão e ofertada pela assistência social, o que leva, em larga medida, à própria expansão do sistema. A posterior incorporação à política educacional insere a educação infantil na perspectiva do direito; entretanto, a ausência de um regime de colaboração bem definido e as concepções de Estado que passam a vigor logo após o reconhecimento do direito, faz com que as condições estruturais para a oferta dessa etapa educacional não se alterem de modo significativo, levando a expansão a ser efetivada por meio de um conjunto de diferentes atores, situados, ainda, na esfera social.

Do mesmo modo, no entanto, que o plano define metas ambiciosas para as municipalidades, a lei redesenha a engenharia federativa ao passo que define a criação de um Sistema Nacional de Educação e de arenas intergovernamentais permanentes de negociação, pactuação e cooperação (§ 5º, art. 7º) (TRIPODI; DELGADO; RODRIGUES, 2018). Torna-se necessária a implementação de arranjos de desenvolvimento da educação, via fortalecimento do regime de colaboração entre os municípios (§ 7º, art. 7º) e, por conseguinte, estima um progressivo investimento público em educação, para que ultrapasse a vinculação de recursos manifestados no art. 212, da Constituição, de tal maneira a fazer frente às necessidades financeiras decorrentes do cumprimento das metas. (§§ 3º, 4º e 5º, art. 5º).

Esse Trabalho analisa as ações de educação infantil no município de Capão da Canoa, no litoral norte do Rio Grande do Sul, a partir do preconizado pelo Plano Municipal de Educação (PME) para o período de 2015 a 2025, considerado como a política pública mais diretamente em contato com a população. Capão da Canoa é um município emancipado em 1982. Desde então, tem crescido constantemente, segundo dados do IBGE (2021), possui população estimada 55.009 habitantes, porém no verão chega a alcançar a marca de 250.000 a 500 mil habitantes que buscam passar às férias na região litorânea.

O Município possui 18 escolas de ensino fundamental e 8 escolas de educação infantil, segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação no ano de 2022 existem 2.236 alunos matriculados em escola municipais da EI.

O interesse em analisar aspectos qualitativos e quantitativos sobre essa política pública vai ao encontro de problemas frequentes que possuem nesta etapa do desenvolvimento escolar, tais como evasão, falta de interação entre o professor e a família, dificuldade em manter a atenção do aluno nesta faixa etária, falta de formação continuada dos professores, problemas de alinhamento da tecnologia da informação ao modelo tradicional de educar, matrícula incorreta de alunos, a falta de universalização da Educação infantil, por fazer parte da Secretaria Municipal da Educação e atuar propriamente em uma escola Municipal de EI, bem como ter sido conselheiro escolar, a busca das informações pesquisadas foram um instigante desafio no estudo do tema.

A Tabela 1, abaixo, extraído do Plano Municipal de Educação de Capão da Canoa demonstra a quantidade de escolas que fornecem a alimentação para os estudantes, contudo, o percentual de 100% ainda está longe de ser alcançado, haja vista que segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação com a diminuição da arrecadação no período pandêmico houve uma queda nos investimentos em construções dentro das escolas, bem como uma redistribuição de alunos que recebiam alimentação para outras escolas que possuíam o serviço de alimentação parcial e integral, de acordo com as demandas sociais.

Tabela 1 – Total de escolas de Educação Básica

Total de Escolas de Educação Básica	
Total de Escolas	41 escolas
Alimentação	
Escolas que fornecem alimentação	73% (30 escolas)
Escolas que fornecem água tratada	100% (41 escolas)

Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 38 | QEdu.org.br

A Lei Federal nº 13.005/2014, que aprova o PNE (2014-2024), ao estabelecer as metas para a educação infantil, faz diretrizes e objetivos separadamente para cada um dos municípios do país, conforme seu art. 8º.

Tabela 2 – Comparativo de alunos que frequentam a escola na Educação Infantil

DIAGNÓSTICO (0 – 3 ANOS)	
Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.	
Meta Brasil: 50%	Brasil Estado Município 23,2%
Meta Brasil: 50%	Brasil 29,9% Rio Grande do Sul
Meta Brasil: 50%	 23,6% RS – Capão da Canoa
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013	
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010	

Na Tabela 2 observa-se que a quantidade de alunos que frequentam a escola de 0 a 3 anos está acima da meta estabelecida no PNE, o que ocorre em razão de 2 novas escolas municipais de Educação Infantil: a Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de gente, com capacidade para 300 alunos; a Escola Municipal de Educação Infantil Jardelino Valdemiro Novaski, com capacidade para 250 alunos. No entanto, após a pesquisa no Plano Municipal não encontram-se dados atualizados que possam refletir valores reais sobre a quantidade de alunos matriculados.

Segundo dados do último censo escolar no ano de 2021, o censo sinopse informou que havia 3.274 alunos matriculados na Educação Infantil; desses, 1.587 estão em creches que atendem crianças de 0 a 3 anos de idade, 1.687 estão na pré-escola e a quantidade de professores é de 322. Nesse sentido, percebe-se que os 2.236 alunos da rede municipal representam 68% do total de alunos matriculados na Educação Infantil, o que torna ainda mais importante a destinação recursos financeiros e a realização de investimentos neste setor da Administração Pública.

Para Saviani (1999, p.134):

O objetivo da análise e a ideia de plano como um instrumento de política educacional, com o intuito de definir metas, instituições, processos relacionados ao campo da educação municipal para os anos seguintes. Observar-se-á uma política que, buscando atender de forma

efetiva às necessidades educacionais da população como um todo, buscará introduzir a racionalidade social.

Para Tripodi, Delgado, Rodrigues (2018 p.9)

Investigar modos de oferta da educação infantil, na etapa creche, assim como possíveis fatores explicativos para escolhas de provisão, exige que se tome em conta, pelo menos, dois aspectos: de um lado, a redefinição do padrão de relações intergovernamentais, com o novo papel assumido pelos municípios, a partir da Constituição de 1988 e a ascensão da educação infantil como direito reconhecido constitucionalmente. De outro, o movimento de reforma do Estado que começa a se desenhar no Brasil, a partir dos anos de 1990, e que vai assumir contornos mais definidos com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que, por sua vez, elabora o marco conceitual e cria as condições legais para a construção da propriedade pública não-estatal, apontando, já àquela altura, para a sociedade civil organizada como suposta alternativa da dicotomia Estado-Mercado.

Com a pandemia do novo coronavírus em 2020, houve o fechamento de creches e de pré-escolas, gerando assim impactos negativos na vida das crianças, dos pais e da sociedade em geral. A emergência sanitária fez com que as crianças parassem de frequentar as escolas; nesse cenário, poderiam ser criados mecanismos de inclusão e participação mais ativos no acompanhamento do desenvolvimento infantil dentro de casa, assim como maior acompanhamento das políticas públicas implantadas e que estão previstas no Plano Municipal de Educação de Capão da Canoa.

Os principais problemas que surgiram foram a falta de alimentos básicos para nutrição infantil, dificuldade de ir e vir à escola por falta de transporte ou recursos financeiros, falta de apoio dos pais na frequência dos alunos, falta de educação fora do ambiente escolar por parte dos pais, violência infantil física e/ou psicológica, falta de higiene básica, dentre outros.

Nesse sentido, face à proximidade do fim de sua vigência, se faz necessário realizar uma avaliação dos principais pontos e os aspectos que as políticas públicas inseridas no Plano Municipal de Educação de Capão da Canoa, aprovado pela lei nº 3.121 de 2015, pode buscar soluções de melhorias da vida escolar e cotidiana da sociedade civil.

Com isso, a presente pesquisa busca analisar o Plano Municipal de Educação em Capão da Canoa, Lei número 3.121 de 04 de agosto de 2015,

descrevendo os principais aspectos dentro dessa política pública, de tal modo que seja realizado um estudo do Plano Municipal de Educação alinhado ao Plano Nacional de Educação, buscando verificar se existem compatibilidades e incompatibilidades dentro das respectivas políticas públicas educacionais.

Para isso será usado o método de pesquisa documental descritiva, pois foi utilizado a consulta em sites de governo junto ao Plano Municipal de Educação, portanto será realizada uma análise das ações que estão sendo utilizadas para o alcance das estratégias dentro do Plano Municipal.

De acordo com Vergara (2000), a pesquisa descritiva demonstra aspectos de certa população, podendo ser a faixa etária ou o caráter qualitativo discriminando parâmetros de medição das ações, estabelecendo correlações entre variáveis. No caso da pesquisa em questão foi realizado uma análise comparativa das estratégias a serem alcançadas em 10 anos, no entanto, como o plano ainda está em vigor, analisou – se até o ano de 2022 os resultados das ações e as metodologias de trabalho para a realização da Meta 1 do PME, assim como a verificação do alcance das estratégias definidas para a Educação Infantil.

E, nesse sentido, trago o problema de pesquisa: **De que maneira a execução das ações de Educação Infantil em Capão da Canoa (RS) responde às metas definidas no Plano Municipal de Educação?**

De modo a respondê-lo, esse Trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo 2, apresento a justificativa; no capítulo 3, faço uma breve revisão sobre políticas públicas de educação infantil; no capítulo 4, sobre plano, planejamento e planos de educação; no capítulo 5, apresento o plano municipal de educação de Capão da Canoa; no capítulo 6, faço uma breve revisão sobre avaliação de políticas públicas; no capítulo 7, apresento os objetivos; no 8, os objetivos; no capítulo 9, a análise de dados; por fim teço algumas considerações e listo as referências adotadas.

2 JUSTIFICATIVA

Dentre as inúmeras políticas públicas que são geradas dentro da Educação, o Plano Municipal de Educação é a que mais impacta a Educação Infantil. Por isso, despertou-me interesse em estudar os impactos que essas políticas públicas se fazem presentes dentro do ambiente escolar da Educação Infantil.

Diante das diretrizes, objetivos e metas definidos no Plano Nacional de Educação (PNE), se faz necessária uma articulação com o Plano Municipal de Educação para que haja maior atendimento às demandas da população.

A pandemia gerou imensas mudanças no processo de aprendizagem na Educação Infantil, mudanças que não podem fugir dos objetivos estabelecidos do Plano Municipal de Educação, bem como haja consonância com o Plano Nacional de Educação, nesse sentido é oportuno analisar se as novas metodologias de ensino foram compatíveis com os respectivos planos.

Com isso, justifico a escolha do tema para que seja feita uma análise descritiva sobre o Plano Municipal de Educação em Capão da Canoa com o objetivo de criar opções para que os serviços públicos prestados na área de Educação principalmente por escolas públicas municipais de Educação Infantil possam ser melhorados, pois não se pode inferir que dentro dessa política pública todos os objetivos estão sendo cumpridos, haja vista a dependência de fiscalização e, por conseguinte, a constante aparência nas mídias sociais informando os problemas enfrentados na maioria das escolas brasileiras, por exemplo, as escolas Municipais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As políticas públicas do Brasil têm contribuído para reduzir os desafios que, ainda existem, quanto ao ingresso das crianças em um contexto escolar, seja em creches ou pré-escolas. Desse modo, será abordado o contexto histórico da Educação Infantil no Brasil e as principais análises do Plano Municipal de Educação (PME) de Capão da Canoa com a ideia de elucidar como estão sendo aplicadas as políticas públicas dentro do Município a partir de uma política multissetorial (BISSOLI *et al.*, 2016).

Segundo Souza (2006), o propósito que se observa é que as políticas públicas devem ser formuladas com base em resultados a determinadas questões sociais que logo em seguida serão desdobradas em planos, programas, projetos, bases de dados, pesquisas ou sistemas de informação. Depois dessa etapa, a sua implementação deve ser submetida a sistemas de acompanhamento e avaliação por meio da análise crítica dos resultados e em articulação aos seus objetivos e finalidades para que seja possível propor ajustes da política inicialmente formulada, o que perfaz o ciclo todo.

Uma das mudanças na política pública educacional no Brasil mais impactante que aconteceu nesses últimos anos foi a que passou a ser considerada obrigatória a frequência escolar na Educação Infantil a partir dos 4 anos completados até 31 de março do ano da matrícula, inserida no ano de 2013 através da lei nº 12.796 no seu artigo 6º. Contudo, é importante destacar que a oferta de vagas a partir do nascimento é dever do Estado e direito de todas as crianças residentes no país desde 1988. Só em 2016 a matrícula passou a ser compulsória. Cabe perguntar acerca dos resultados e efeitos desta política nova relativa à educação das crianças com menos de 6 anos.

Segundo Moro (2017), num contexto mais atual dentro de alguns municípios se tem revelado a diminuição de vagas para a matrícula de crianças até os 3 anos, pois, grande parte dos Municípios reorganizaram os agrupamentos nas instituições, mitigando as turmas de crianças até 1 ano, que fazem parte dos berçários ou mesmo até os 3 anos para converter o uso dos espaços para agrupamentos de crianças com mais idade, elevando - se o

número de matrículas, porque uma turma de berçário pode se constituir em um coletivo menor do que uma turma de pré-escola.

O objetivo principal da análise das políticas pública é descrever as causas e consequências das ações de um governo para que possam ser identificadas as ações que os atores das políticas públicas estão realizando naquele cenário.

No incrementalismo, os acordos são mais fáceis de serem alcançados quando os itens em debate consistem em acréscimos ou decréscimos nos orçamentos ou para modificações nos programas existentes (DYE, 2009).

Segundo Dye (2009, p. 116), “a ausência de um consenso sobre metas ou valores societários, é mais fácil para o governo de uma sociedade pluralista dar continuidade a programas existentes do que engajar – se no planejamento global de políticas voltadas a metas societárias específicas”.

Conforme Dye (2009), os conflitos agravam-se quando as decisões se destinam para mudanças políticas fundamentais que podem envolver grandes ganhos ou perdas, ou decisões políticas no modelo “tudo ou nada”, “sim ou não”, visto que seria imensa a tensão política relacionada na aprovação efetiva de novos programas ou políticas a cada ano, mantendo – se nos posteriores as vitórias políticas do passado, a menos que haja substancial realinhamento político.

Nesse sentido, o modelo incremental utilizado para analisar a política pública da meta 1 do PME de Capão da Canoa busca identificar os problemas encontrados na aplicação da política pública, bem como traçar incrementos para que possa ser melhorado os resultados das estratégias a serem cumpridas dentro do período decenal.

Segundo Maudonet (2020, p.3) o movimento interfóruns de educação infantil do Brasil (MIEIB) é uma organização autônoma, de caráter interinstitucional e suprapartidário, cuja missão é:

contribuir para a universalização e efetivação do direito à educação com qualidade e equidade para as crianças de 0 até 6 anos de idade nos sistemas públicos de educação, por meio do fortalecimento da atuação da Rede MIEIB, em um contexto dialógico e democrático de participação, e da incidência política e de controle social das políticas públicas de Educação Infantil (MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL, 2017).

A EI deve ser compreendida como política social, porque garante segurança alimentar, proteção, direito ao brincar e às múltiplas interações.

Nessa concepção, com a falta desse direito, eleva – se, por exemplo, os riscos de as crianças serem expostas à falta de alimentação, à violência e ao abandono (FERNANDES; GIMENES; DOMINGUES, 2017). Ainda, a EI assegura às famílias trabalhadoras, sobretudo, às mulheres, a inserção e permanência no mercado de trabalho, as formas para melhorar as condições de remuneração, bem como a disponibilidade de mais horas de trabalho e a possibilidade da formalização de contrato trabalhista.

Segundo Mainardes (2006), as políticas públicas educacionais ao serem implementadas acabam sendo “recriadas”, pois passam por um processo de interpretação pelos profissionais que atuam nos diferentes níveis e instâncias do sistema nacional de ensino e demais sistemas como secretarias e conselhos estaduais ou municipais de educação e em cada instituição educacional em específico. Percebe – se que os autores formuladores da política não têm como exercer controle sobre essas interpretações peculiares.

As experiências, valores, interesses e histórias particulares ou de grupos interferem na leitura e na efetivação que será feita de cada política, programa ou projeto educacional.

Essas questões articulam-se à ideia de que em relação às políticas públicas educacionais, além de conhecer seus resultados, é necessário conhecer seus efeitos, pois uma determinada política pode repercutir em algo inicialmente não relacionado a ela, seja, negativa ou positivamente.

De acordo com Cury (2007), o direito à educação é efetivo quando o acesso promove parâmetros nacionais de qualidade afim de atingir as inúmeras divergências econômicas e societárias dentro uma sociedade tão desigual como a brasileira. Diante disso, percebe – se a necessidade de inclusão social dentro das camadas sociais não atingidas pela Educação Infantil, inserindo a criança dentro da escola, pois conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 traz o direito à educação para crianças de 0 a 5 anos de idade, segue a transcrição:

Art. 208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – Educação infantil, em creches e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V – Acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 é dever também do Estado prestar auxílio a Educação Infantil, portanto, cabe ao Poder Público buscar soluções viáveis de parcerias entre o Ente Federal e o Ente Municipal para que existam soluções dentro do Plano Municipal de Educação de investimentos federais na Esfera Municipal.

4 PLANO, PLANEJAMENTO E PLANOS DE EDUCAÇÃO

Conforme Rua (2009) a ideia da diferença entre política e política pública, faz referência a política como representação de um interesse individual e à política pública como aquilo que poderá diferenciar a forma de vida da sociedade ou até mesmo modificar a estrutura de um determinado grupo, pode ser no caso de uma associação, de um sindicato, ou outro grupo organizado da sociedade civil.

Nesse sentido, entende -se que a autora cita que as políticas públicas podem incidir sobre a esfera privada ou ter na sua formulação participação de entidades privadas. A diferença é que as políticas públicas dependem da ação do Estado e não somente de uma entidade privada para a tomada de decisões.

Diante disto, percebe-se que a participação das crianças nas atividades elaboradas durante a pandemia e a frequência escolar no período em que as aulas eram ministradas por escalonamento pode prejudicar o desenvolvimento infantil ao decorrer das atividades escolares.

O plano, segundo Matus (1991), é o produto momentâneo do processo pelo qual um ato seleciona uma cadeia de ações para alcançar seus objetivos.

Percebe-se que a proposta de plano tradicional vinculada ao determinismo e ao economicismo tecnocrático tem como base científica a teoria do controle de um sistema por um agente (MATUS, 1991). Esse modo de planejar busca avaliar pequenos pontos de um planejamento, ao contrário do planejamento estratégico-situacional que busca estimular a definição dos objetivos da organização com base no momento atual, pois para o momento deve haver um planejamento que se adapte à situação presente.

Para Matus (2000) a elaboração de planos, programas e projetos educacionais no período 1900 até 1980 se baseavam num processo no qual as variáveis econômicas e financeiras possuíam mais peso do que as variáveis restantes. O objetivo principal era concedido ao desenvolvimento econômico, com a exigência de mão de obra mais qualificada e, logo em seguida, havia questionamentos provenientes da sociedade, sobretudo, o estabelecimento da educação como um direito social.

Nesse sentido, houve inúmeros incentivos aos sistemas educacionais daquela época, elevando – se assim os gastos públicos com a elaboração de sistemas de educação.

De acordo com Gentilini (2002), o método de planejamento estratégico situacional fundamenta-se em análises de viabilidades a partir da construção de cenários em curto, médio e longo prazo.

Entende-se que o planejamento estratégico situacional, em sua concepção de horizonte de cenários, visualiza uma mudança ou uma transformação do sistema educacional que possa levar esse sistema a um novo patamar de qualidade social. Porém, para isso, busca alterar a posição dos atores para que haja condições de ingerências nas decisões políticas educacionais, ou se o objetivo dos dirigentes seja inserir no sistema novos elementos ou manter subsídios de conquistas anteriores – sobretudo de natureza qualitativa – sobre os quais não se consegue ou não há anuência suficiente na sociedade ou mesmo dentro do sistema educacional, então parece que o uso do planejamento estratégico situacional como recurso da análise das viabilidades se torna indispensável.

No Quadro 1 abaixo são apresentadas as principais diferenças entre o modelo de plano tradicional com relação ao planejamento estratégico situacional:

Quadro 1 – Diferenças entre o plano tradicional e estratégico situacional

FATOR	PLANO TRADICIONAL	PES
1. Objeto do plano	Passivo	Ativo e complexo
2. Explicação da realidade	Baseada em diagnósticos	Apreciação situacional
3. Concepção do plano	Normativo-prescritivo	Jogadas sucessivas
4. Análise estratégica	Consultas a especialistas	Análise da viabilidade
5. Fatores	Genéricos	Específico
6. Operação	Ação separada do plano	Mediação entre o plano e a ação

Fig. 1. Diferenças entre o plano tradicional e o estratégico situacional.

Fonte: Gentilini (2002).

Gentilini (2002) defende que o modelo de planejamento usado por grande parte dos países latino-americanos foi construído baseando-se no planejamento dos países integrantes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como o modelo de planejamento dos países que praticavam o socialismo.

Os modelos utilizados foram objeto de debate e discussão na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que procurou aperfeiçoá-los para que pudessem se adequar a realidade de cada país.

No que se refere ao planejamento educacional o método PES de planejamento estratégico-situacional é bastante indicado, pois, segundo Gentilini (2002, p.3):

O processo de descentralização educacional ocorrido no Brasil a partir da Constituição de 1988 e a institucionalização dos sistemas educacionais nas três instâncias federativas abriram uma oportunidade para que os dirigentes e gestores públicos nos Municípios possam utilizar o método PES no processo de planejamento da educação municipal.

Percebe-se que esse método de planejamento que Gentilini (2002) faz referência em sua aplicação no meio educacional pode contribuir para que o sistema municipal de geração de vagas dentro das escolas possa ser melhor distribuído, de modo que toda a população do local seja atendida.

4.1 ANÁLISES E AVALIAÇÕES DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Conforme o MEC, em 2016, o monitoramento e a avaliação dos planos municipais, foi organizado pelo Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, denominado “PNE em movimento”, que possui o processo de monitoramento e avaliação, onde os Municípios devem criar comissões e equipes técnicas determinadas pela lei orgânica do Município ou outros instrumentos, tais como leis, decretos, resoluções, com esta responsabilidade, a exemplo dos Conselhos ou fóruns municipais de educação secretarias municipais de educação, comissão de educação do Poder Legislativo.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Movimento é necessário que haja a participação do Conselho Municipal de Educação (CME), Fórum Municipal de Educação (FME) na comissão, contribuindo assim com a mobilização e a participação social na elaboração processo.

Segundo o Plano Nacional de Educação em Movimento dentro do caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação encontram-se os encaminhamentos, passo a passo, para que as instâncias responsáveis como Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação consigam estabelecer uma comissão e uma equipe técnica para o acompanhamento sistemático da execução do PME, assim como a realização da avaliação.

Percebe-se que o Caderno de Orientações busca explicar o processo de monitoramento e avaliação do PME e se baseia em:

monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade (BRASIL, 2016, p.6).

Nos Planos Municipais de Educação é importante haver o Caderno de Orientações, pois ele se baseia na ficha de monitoramento, que se divide em três etapas, ao passo que a ficha é elaborada pela SASE na qual acompanha

cada Município, em seguida os dados solicitados devem ser enviados para que os prazos elaborados possam ser analisados periodicamente dentro de um ano.

De acordo com o Caderno de Orientações, a importância das metas na ficha, definindo cada estratégia, bem como o prazo a ser cumprido, deve ser discriminado e avaliado junto aos seus indicadores.

Observa-se que com base no levantamento desses dados fica mais fácil a realização da audiência pública para que seja gerada com eficácia a avaliação do Plano Municipal de Educação.

Dessa forma, como pode-se perceber o controle social se faz presente mesmo que haja uma pequena parte da população presente nas audiências públicas, com isso, segundo Matias-Pereira (2018) no setor público, o gradativo esgotamento do modelo de administração pública burocrático weberiano ao longo do século XX, associado à crise fiscal mundial dos anos 1980, favoreceu o desenvolvimento do modelo de administração pública gerencial, como proposta de tornar o Estado mais eficiente e mais capaz de atender às crescentes demandas por mais e melhores serviços.

Com isso, o Caderno afirma que a avaliação do PME terá uma versão preliminar no qual será debatido em audiências públicas de avaliação dos resultados alcançados, portanto, a avaliação terá que ser implementada e discutida com muita responsabilidade.

Nesta concepção, Souza; Martins (2014, p. 13), entendem que:

Ao lado do PNE, os Planos Estaduais de Educação (PEEs), o Plano de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (PERS) e os Planos Municipais de Educação (PMEs), normalmente, costumam ser tratados pela literatura como instrumentos estratégicos de gestão democrática da Educação, visto que, além de terem de subentender a necessária participação sociopolítica, na implantação, no acompanhamento e na avaliação do plano, sobretudo devem implicar explicitação de princípios, de competências de políticas públicas relativas não apenas à esfera federal, mas às esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, a ser atestada na diagnose dessas múltiplas realidades educacionais e, a um só tempo, na elaboração de diretrizes a ela coesas, consubstanciadas por meio da definição de metas, objetivos e prazos.

5 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme dados extraídos do PME, Capão da Canoa pretende atender no mínimo 1.066 crianças integrantes da creche (0-3 anos de idade), ou seja, aumentar em 50% o número de estudantes para serem atendidos nessa faixa etária, já em relação a pré-escola (4-5 anos de idade) pretendem manter 100% da população atendida, que corresponde a 1.582 crianças.

Percebe-se que nesse quesito a estratégia 1.1 definida no Plano Municipal de educação definir, em regime de colaboração com a União, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação acabam sendo superadas pelas metas estipuladas dentro do Plano Municipal de Educação, demonstrando – se uma preocupação que o Município tem junto à Educação Infantil.

Segundo Nevo (1997), a avaliação educacional possui duas grandes funções a formativa e a somativa. Em relação a função formativa a avaliação da educação é usada para conhecer e melhorar uma atividade que está sendo executada ou um problema que precise de ajustes. Quanto à função somativa, a avaliação pode ser aplicada para trazer resultados positivos, bem como para certificar ou para selecioná-los.

Observa-se que uma pesquisa na área da avaliação educacional de políticas públicas, busca-se gerar uma análise na tomada de decisão ou de resultados, ao passo que seja avaliado o grau de relevância da análise de contexto social, econômico, político, cultural, e da análise organizacional, dinâmica, relações de poder, interesses e valores que busquem os órgãos e instituições envolvidas na formulação das políticas públicas.

Conforme Andriola (2002) por mais que grande parte dos avaliadores deem preferência pela função formativa, a opinião mais recorrente é a de que não existe uma relação de superioridade de uma para a outra, visto que o seu uso dependerá dos objetivos que estão sendo almejados.

Observa-se a existência de duas grandes funções da avaliação de política pública para que seja melhor formulados os mecanismos de controle e resultado das ações de melhoria sobre os problemas sociais, é necessário portanto, haver conforme Andriola (2002) meios de avaliação das políticas educacionais que

identifiquem formas de elevar a qualidade na aplicação das políticas públicas para que essas ações possam ser efetivas.

De acordo com Weiss (1998, p. 27):

Grande parte dos avaliadores de políticas públicas escolhem por levar em consideração os valores e os interesses dos clientes ou cidadãos, dando importância aos problemas relatados por eles. Esses avaliadores esperavam produzir mudanças no sentido de tornar os programas mais “responsivos” às necessidades dos participantes, pois valorizavam muito o “*status quo*”. Eles almejavam [...] “desafiar o discurso privilegiado dos poderosos”. A sua postura significava um esforço em transformar a avaliação, de um mecanismo capaz de sustentar e reforçar as práticas correntes por meio de ajustes tópicos, em um meio de se remediar as desigualdades e de se redistribuir o poder.

No que se refere à avaliação de políticas públicas entende – se que é necessário considerar todas as variáveis possíveis sobre os problemas sociais, e dar importância as opiniões dos clientes ou cidadãos é uma forma de contribuir para que o estado das coisas dentro da política pública possa ser melhorado, reduzindo as desigualdades na construção de políticas públicas mais inclusivas.

Derlien (2001) explica outra maneira de variar as motivações do Estado quanto ao valor da avaliação de políticas públicas, pois segundo ele existem três funções relevantes atribuídas à avaliação da política pública que podem ser a informação, realocação e a legitimação.

Esse conceito busca definir melhor as ações de planejamento da política pública para que haja motivação deve haver informação para conhecimento sobre o tema, realocação de dos dados convertidos em informação, e, por conseguinte, legitimação da avaliação para que seja eficaz na geração da política pública.

Para Secchi (2016, p.3):

O trabalho de um analista de políticas públicas é o de delimitar o problema público, gerar alternativas consistentes, projetar custos e benefícios, e dissolver ou antecipar conflitos de interesses: “serve para evitar a repetição, imitação, preconceito ou autointeresse”. É para sair do achismo e evitar falhas de implementação.

Nesta concepção percebe – se a importância a pesquisa tem para o problema social, pois não basta somente apurar os fatos e dados, mas procurar investigar, analisar e apontar recomendações sobre problemas reconhecidos dentro da política pública.

Já para Thoenig (2001, p.66) as avaliações podem ser informais “Em algumas pesquisas o uso de “avaliações informais”, nas quais seria possível a introdução de ‘ajustes e mudanças sem atrair a atenção de grupos interessados internos ou externos, que podem ser tentados a usar uma avaliação formal seria uma oportunidade para resistir à reforma’.

Nesta concepção, Caiden e Caiden (2001, p. 94) reforçam:

As análises mais recentes buscam reconhecer que as condições para o aproveitamento das informações disponibilizadas pela avaliação quase nunca estão dadas a priori, sugerem, a exemplo de Cotta (2001), que a avaliação “é uma atividade que, por suas próprias características, exige que estas condições sejam intencional e meticulosamente criadas, sob pena de se comprometer todo o esforço despendido”.

Secchi (2016) comenta que a constituição da ciência de uma política pública deve se basear em 4 dimensões: pesquisa de política pública, que tem como objetivo identificar as informações conhecidas que tornaram possível a implantação da política pública, a segunda dimensão baseada na teoria da escolha pública que busca construir uma teoria por dedução proveniente da teoria econômica que analisava a produção de bens públicos, já a terceira dimensão com base na avaliação de políticas pública busca – se analisar os aspectos do passado para que seja realizado a manutenção, ajustes, bem como se necessário a extinção da política pública em ação, a quarta e última dimensão baseada na análise da política pública busca – se apoiar a tomada de decisão do Gestor público dentro da política pública, entende – se que esta etapa possui mecanismos de recomendação com base na elaboração, prospecção de métodos e resultados.

De acordo com Chelimsky (1997), depois de ser realizado um exame das experiências em avaliação de políticas públicas nas três últimas décadas do século XX, ele entende que a avaliação de políticas públicas está inserida dentro perspectivas e métodos diversificados, podendo adotar – se o uso métodos quantitativos e qualitativos, bem como desenvolver a busca pela interdisciplinaridade na análise da política pública.

Percebe-se que os principais autores apresentam diferentes formas de reflexão sobre a avaliação de políticas públicas, no entanto, observa-se que em relação a avaliação de resultados Weiss (1998, p. 22) explica que:

existem fatores que podem praticar ingerências na utilização dos resultados da avaliação, tais como: existência de crenças e interesses conflitantes na organização que gerencia o programa; ocorrência de conflitos de interesses entre as distintas unidades do programa; mudanças no pessoal encarregado, quando, por exemplo, os novatos têm prioridades diferentes daquelas vigentes na época do início da avaliação; eventual inflexibilidade das regras e dos padrões operacionais da organização encarregada, que pode impedir a adoção das recomendações feitas quando da avaliação; e mudanças nas condições externas, como, por exemplo cortes orçamentários e alterações no ambiente político, que possam tornar impossível para a organização responder à necessidade de mudança revelada pelos avaliadores.

Faria (2005), por sua vez, comenta que a avaliação de políticas públicas foi colocada a serviço da reforma do Estado nas décadas de 1980 e 1990, sendo usada a serviço da reforma do setor público. Entretanto, a pesquisa de avaliação teve seu momento primordial na avaliação de políticas e programas públicos na década de 1960 dentro dos Estados Unidos. Nesse período, de acordo com Guba e Lincoln (1989) a pesquisa avaliativa divide-se em quatro sucessivas gerações, são elas: a primeira foi um início com um viés mais técnico, no período do *New Deal*; já a segunda uma “geração” mais “descritiva”, com mais ocorrência desde a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960; a terceira dá ênfase a oferta de “julgamentos” abalizados, prevalecente entre meados dos anos de 1960 e meados da década seguinte; já a quarta é considerada uma “geração” “reativa”.

6 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPÃO DA CANOA

O Plano Municipal de Educação de Capão da Canoa tem como objetivo a realização de 20 metas previstas, bem como suas respectivas estratégias, no entanto, uma das metas foi suprimida, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação foi excluída por não haver relação com o Plano Nacional da Educação, nem com interesse local.

A meta 1 do Plano Municipal de Capão da Canoa é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e até o final da vigência do PME ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos de idade, o que abrangeria turmas de berçários e maternais nessa porcentagem, gerando maiores investimentos dentro das escolas para esta faixa etária.

Tabela 3 - Diagnóstico da População Educacional na faixa etária de 0 – 5 anos (2015)

População Por faixa Etária	Universo Populacio nal	Matriculados Censo Escolar – 2015									Total atendida	
		Etapa	Privada		Filantrópica		Estadual		Municipal			
			E	A	E	A	E	A	E	A		
0 a 3 anos	2.132	Creche	15	527	-	-	-	-	8	797	1.324	62,1%
4 e 5 anos	1.582	Pré- escola	15	419	-	-	-	-	10	1036	1.455	91,9%
0 a 5 anos	3.714	Ed. Inf.	15	946	-	-	-	-	13	1833	2.779	74,8%

Fonte: SME/2015 – Privadas/2015

E: número de escolas da rede que oferecem a etapa da educação infantil

A: número de alunos da etapa da educação infantil

Conforme a Tabela 3, o número de alunos que abrangem a faixa etária de 0 a 3 anos, subdivididos em berçário e maternal a quantidade de alunos que são atendidos na esfera pública municipal é muito maior do que na esfera privada, com isso a cada ano o Município tem buscado orçamentos para a construção de novas escolas, e, por conseguinte, aumentar o número de alunos na Educação Infantil.

Já dentro da pré-escola que a faixa etária é dos 4-5 anos, a quantidade de alunos é muito maior do que na faixa etária 0-3 anos, e conforme contato com

orientadores escolares a evasão escolar é muito grande na faixa etária de 0-3 devido à insegurança que os pais possuem em deixar seus filhos bem pequenos na escola.

No entanto, na faixa etária 4-5, que as crianças já possuem mais coordenação motora, melhor autonomia e independência na prática das atividades, a evasão escolar é bastante pequena, já quanto a quantidade de alunos atendidos é muito maior do que as crianças bem pequenas de 0-3, isso ocorre por diversos problemas que podem ser externos no que se refere à gestão escolar, como a dificuldade de adaptação da criança bem pequena junto à escola, ocasionado pela dificuldade de se desprender dos pais ou responsáveis.

Percebe-se que nesta análise da tabela a preocupação do Município está voltada mais para a pré-escola, pois do ponto de vista econômico é muito mais viável para o Município inserir alunos dentro da escola de ensino fundamental, já que existem os locais prontos e não precisam fazer grandes investimentos na construção de novas escolas.

Tabela 4 – Quantidade de alunos matriculados x quantidades de vagas a serem criadas

Ordem	Município	População			Alunos Matriculados			Taxa de Atendimento (alunos/população)			Vagas a serem Criadas	
		0 a 3 anos	4 e 5 anos	0 a 5 anos	Creche	Pré-Escola	Ed. Infant.	Creche (meta= 50%)	Pré-Escola (meta= 100%)	Ed. Infantil	Creche (50%-PNE)	Pré-Escola (100% até 2016)
150	C. da Canoana	2.546	1.272	3.818	905	1.041	1.946	35,55%	81,84%	50,97%	368	231

Fonte: TCE-RS- 2013, baseado no censo escolar de 2012.

Com base na tabela 4 se pode observar que o censo realizado no ano de 2012 previa a criação de 368 vagas para estudantes de creches e 231 para a pré-escola, no entanto, essa amostragem não condiz com a atual população do Município que de acordo com a pirâmide de dados do IBGE apresenta uma população de 55.009 habitantes, ou seja, deveria haver no mínimo 1.000 vagas

para serem criadas dentro do decênio, já que a população de 0-4 anos representa 3.048 habitantes.

6.1 AGENTES PÚBLICOS E ATORES ENVOLVIDOS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os agentes envolvidos no Plano Municipal de Educação do Município de Capão da Canoa são o Ministério da Educação (MEC) em conjunto com a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

Existem também dentro do Município a participação da sociedade por meio de audiências públicas e consultas a populares sobre temas trabalhados que estão inseridos dentro do Plano Municipal de Educação, assim como através dos Conselhos Escolares a comunidade escolar expressa sua opinião e participação sobre ações e estratégias que são estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Percebe – se que a assistência técnica do MEC via SASE, em conjunto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) possibilitou articular programa e ações para a discussão e elaboração dos PME em cada cidade.

Observa -se que com o PNE (2014-2024) aprovado, coube aos 5.570 municípios brasileiros não apenas a elaboração de seus PME, mas também a realização de ações para a devida implementação dos referidos planos.

Conforme dados fornecidos por Dirigentes escolares a participação da comunidade escolar é bastante frequente nas reuniões, no entanto, grande parte desses agentes envolvidos não possuem um conhecimento amplo sobre as metas e estratégias inseridas dentro do Plano Municipal de Educação, o que torna menos articulado a discussão dessa política pública.

No que se refere à adequação do Plano Municipal de Educação houve etapas que envolveram gestores, professores, estudantes, funcionários e pais das Instituições de Ensino de todos os níveis Infantil, Fundamental e Médio e modalidades das Redes Públicas Estadual e Municipal, assim como outros segmentos, tais como, Conselhos, Secretarias Municipais, Poder Executivo,

representantes de associações de Professores e Sindicato dos Funcionários Públicos e representantes da Câmara de Vereadores para estabelecer – se uma melhor articulação entre as ideias de ambos os agentes envolvidos.

7 OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL

- Avaliar as ações de Educação Infantil de Capão da Canoa (RS) a partir do preconizado pelo Plano Municipal de Educação.

7.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as ações dos agentes públicos dentro da política pública na Educação Infantil;
- Cotejar as ações executadas na EI às estratégias inseridas na Meta 1 do PME;
- Descrever os resultados de cumprimento da Meta 1 do PME.

8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia usada para a pesquisa do trabalho foi qualitativa, com a busca, organização e análise de dados secundários para cumprir com os objetivos propostos. Os procedimentos metodológicos foram baseados na meta 1 do PME que é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e até o final da vigência deste PME ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos que serviu de base para o estudo da política pública, pois dentro dessa meta precisou – se verificar se todas as 12 estratégias foram cumpridas ou não cumpridas, bem como os motivos de não serem cumpridos até o momento para que fosse possível compreender a relação do PME a partir do PNE e, então, avaliar o cumprimento do realizado por Capão da Canoa, face ao preconizado.

Nesse sentido, buscou-se a pesquisa documental por meio da consulta a sites que fornecem livros, bem como a consulta de outras informações junto a Secretaria Municipal de Educação. Também foi pesquisada a legislação básica e fundamental para a Educação, quanto aos dados populacionais pesquisou-se no IBGE.

O modelo de pesquisa da política pública foi o modelo incremental do Dye (2009) pois, os analistas de políticas públicas buscam analisar os compromissos com políticas anteriores para a formulação de novas políticas para que possam ser implantadas melhorias nessas ações sociais.

Para Godoy (1995) a pesquisa documental representa uma forma de pesquisa inovadora trazendo discussões importante no estudo de um tema.

Dados do PME relativos à quantidade de vagas, alunos frequentes, população atendida, vagas a serem geradas, estratégias para a Educação Infantil foram consolidados e cotejados com a literatura levantada na etapa anterior.

A análise baseou-se em uma pesquisa prática, porém com fundamentação teórica quanto à avaliação dos planos e a avaliação das políticas públicas, pois de acordo com Bonat (2009), apesar de ser fundamentada em

atividades práticas, a pesquisa precisa ter uma fundamentação teórica que servirá de suporte para a análise dos dados obtidos.

Para Roesch (2009) um projeto pode combinar técnicas desenvolvidas em um ou outro paradigma, já quanto a coleta de dados primários pode ser buscada através documentos provenientes de órgãos de governo.

Para melhor desenvolver a metodologia deste trabalho de conclusão de curso buscou-se utilizar o tipo de pesquisa prática documental com a ajuda de dados oriundos da Secretaria da Educação e de órgãos públicos, assim como foi feita a análise de dados estatísticos para a verificação dos problemas enfrentados na aplicação da política pública do PME e a análise dos resultados até a presente data.

Os dados foram cotejados à legislação:

- Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional;
- Lei 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Lei 12.796 que torna obrigatória a EI gratuita para crianças até 5 anos de idade;
- Lei Municipal 3.121 de 2015 de Capão da Canoa, que aprova o PME;

9 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesse capítulo são apresentadas as estratégias para a Educação Infantil previstas no Plano Municipal de Educação de Capão de Canoa e são feitas algumas considerações sobre o seu cumprimento no quadro 2.

Quadro 2 – Cumprimento das estratégias para a EI previstas no PME

Nº/Estratégia	Agentes Públicos envolvidos	Cumprido ou Não cumprido
1.1 Definir, metas de expansão das redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade em conjunto com União.	União, Ministério da Educação, Poder Executivo, SMEC.	Cumprido
1.2 Adquirir área para construção de escolas Proinfância, em regime de colaboração com a União.	União, FNDE, Ministério da educação, SMEC, Poder Executivo	Não cumprido, pois estão sendo construídas novas escolas no Município com previsão de serem concluídas as obras até final de 2023. Não existe previsão se serem adquiridos novos espaços para a construção de novas escolas. Existem projetos para implantação de melhorias na infraestrutura de escolas atuais.
1.3 Realizar periodicamente com os diversos setores do município levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada.	SMEC, Dirigentes Escolares, Comunidade escolar	Cumprido
1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	SMEC, Dirigentes Escolares, Comunidade escolar, Poder Executivo	Cumprido
1.5 Manter, em regime de colaboração com a União e respeitadas as normas de	União, MEC,	Não cumprido, porque está sendo discutido junto ao MEC parcerias para

<p>acessibilidade, a reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.</p>	<p>SMEC, Poder Executivo</p>	<p>ser gerado o regime de colaboração com o Município para que possam adaptadas a acessibilidade nas escolas municipais de educação infantil.</p>
<p>1.6 Promover a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.</p>	<p>Poder Executivo, SMEC, Profissionais da Educação</p>	<p>Cumprido</p>
<p>1.7 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.</p>	<p>União, MEC, SMEC, Poder Executivo, Profissionais da Educação Especial.</p>	<p>Cumprido.</p>
<p>1.8 Desenvolver, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.</p>	<p>Poder Executivo, SMEC, Profissionais da Educação, Secretaria da saúde, Secretaria da Assistência Social</p>	<p>Não cumprido, pois no setor da saúde ainda está sendo realizado um estudo de viabilidade de para as ações programas sociais.</p>
<p>1.9 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das EMEIs, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam as normas do conselho de educação, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no ensino fundamental.</p>	<p>Poder Executivo, SMEC, Profissionais da Educação, CME.</p>	<p>Cumprido.</p>
<p>1.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da</p>	<p>Poder Executivo, SMEC, Profissionais</p>	<p>Não cumprido, pois está sendo estudado um modelo de</p>

permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	da Educação, Secretaria da saúde, Secretaria da Assistência Social	compartilhamento das informações por meio de um sistema integrado de gestão.
1.11 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos de idade.	Poder Executivo, SMEC, Profissionais da Educação, Secretaria da saúde, Secretaria da Assistência Social	Cumprido
1.12 Oportunizar gradativamente o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	Poder Executivo, SMEC, Profissionais da Educação, Conselho Escolar, Conselho Municipal de Educação	Não cumprido, porque estão sendo realizado um estudo de viabilidade para a implantação na pré-escola.

De acordo com a meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e até o final da vigência deste PME ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, observa-se que existe um alinhamento desta meta junto ao Plano Nacional de Educação, pois a meta 1 do PNE tem a mesma transcrição.

Conforme dados informados pela Secretaria Municipal de Educação, houve esse aumento de 50 % na ampliação de vagas para crianças de 0-3 anos de idade, com a construção de novas escolas e prospecta-se ampliar até final de 2025 em 70 % o número de vagas para alunos da Educação Infantil, pois estão sendo construídas novas escolas e reformadas as escolas mais antigas para que se submetam às demandas da comunidade local.

Quanto à estratégia que busca definir, metas de expansão das redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade em conjunto

com União, conseguiu cumprir o planejado e até o momento os objetivos estão sendo seguidos conforme o Plano Nacional de Educação, porém estão sendo tratadas novas questões referentes à investimentos junto ao Ministério da Educação.

No que se refere à segunda estratégia do PME: adquirir área para construção de escolas Proinfância, em regime de colaboração com a União, foram construídas 2 escolas Proinfância no período analisado, outras 2, em construção, devem ser inauguradas em 2023 com o apoio do FNDE.

Para a estratégia que almeja realizar periodicamente com os diversos setores do Município levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada, foi verificado que todos os meses os Gestores escolares repassam para SMEC a quantidade de vagas disponíveis, bem como a evasão escolar e a demanda local.

Em relação ao *compliance* das ações do PME, a estratégia que visa estabelecer no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches, foi estabelecida a consulta pública e os debates nas audiências públicas, pois é a forma de ser debatida a EI, porém ainda está sendo trabalhado novas formas de consulta popular e relatórios estão sendo gerados conforme o acompanhamento da comunidade escolar.

A estratégia que busca manter, em regime de colaboração com a União e respeitadas as normas de acessibilidade, a reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil encontra – se em discussão junto ao MEC parcerias para modificação na estrutura de escolas com o fim de gerar acessibilidade, no entanto, 2 novas escolas já estão sendo construídas com este objetivo, foram realizados estudos que gerassem as diretrizes metodológicas gerais.

Em relação ao aprimoramento e desempenho dos profissionais da Educação Infantil, a estratégia que almeja a promoção da formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior foi concretizada, haja vista

que são realizados cursos junto ao SESC RS de formação continuada com profissionais de referência em Educação para todos os profissionais da Educação.

Quanto à ampliação da oferta para a educação especial inserida dentro da Educação Infantil a estratégia de priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, das 8 escolas de Educação Infantil 6 delas possuem uma sala somente para o atendimento aos alunos especiais, as outras 2 escolas estão em construção e adequação dos espaços até a presente data.

As equipes de orientação escolar estão procurando desenvolver, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade, porque está sendo melhorado o mecanismo de busca ativa com interligação da Secretaria de Assistência social, bem como orientação a participação de programas sociais. No setor da saúde ainda está em estudo.

Para o estudo que busca preservar as especificidades da educação infantil na organização das EMEIs, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam as normas do conselho de educação, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no ensino fundamental foi realizado um acompanhamento mensal pelo Conselho Municipal de Educação dentro das EMEIs para verificação das resoluções e normas dentro de cada escola.

A estratégia que almeja fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância teve como resultados a criação de modelos de formulários cadastrais a serem inseridos dentro de um sistema de informação onde é separado os beneficiários de programas sociais dos demais. Está sendo estudado modelos

para haver integração do sistema junto a Secretaria da saúde e a de Assistência Social.

No PME a estratégia que busca exercer como facultativa a presença de crianças até 3 anos de idade, no qual visa promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos de idade, foi constatado que mensalmente os orientadores escolares encaminham para a Secretaria da Educação, a relação da busca ativa, que depois é informada a Secretaria de Assistência Social sobre as faltas não justificadas e os problemas enfrentados na sala de aula por esses alunos.

Em relação ao ensino integral na Educação Infantil a estratégia que busca oportunizar gradativamente o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, apresentou como resultado no momento, atendimento integral do Berçário I até o Maternal I, ou seja, até de 0 a 3 anos de idade, e estão sendo realizados estudos de viabilidade para a implantação na pré-escola.

A população escolar da Educação Infantil tem crescido constantemente no Município de Capão da Canoa, fazendo com que novas ações, principalmente de inclusão sejam criadas para que seja atendida toda a demanda da sociedade para esta faixa etária. Nesse contexto, a pesquisa identificou que está aumentando cada vez mais o número de alunos especiais dentro da Educação Infantil, tornando obrigatório para o Município criar salas de acompanhamento formadas por professores especialistas em Educação Especial, com isso, todas as novas escolas terão salas monitoramento e desenvolvimento para esses estudantes.

Outro ponto que merece destaque é participação da sociedade civil na aplicação da política pública do PME, pois através das audiências públicas é que são discutidas as metas e as estratégias elaboradas pelo PME.

De acordo com a Lei nº 3.121 de 2015 determinou que:

Art 4º - As metas e estratégias do PME previstas no anexo I, parte integrante desta lei serão executadas de forma gradativa com vista ao seu cumprimento, mediante monitoramento, avaliações periódicas e propostas de políticas públicas de análise, investimentos e revisão pelas seguintes instâncias:

I- Secretaria Municipal de Educação;

II- Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;

III- Comissões de Educação e Coordenação, Fórum e Conferência Municipal de Educação.

No que se refere ao acompanhamento e monitoramento do PME, houve a concretização de parte das estratégias estabelecidas na Meta 1, conforme a avaliação realizada na pesquisa, pois os mecanismos de controle foram exercidos pelos atores públicos envolvidos.

Os resultados alcançados do PME de Capão da Canoa foram apresentados ao Fórum Municipal de Educação de Capão da Canoa, que acatou a deliberação da Conferência Nacional de Educação 2022 e do Fórum Nacional de Educação, realizado em dezembro de 2021 junto da Conferência Municipal de Educação, de forma híbrida. Isso é o cumprimento de mais uma estratégia estabelecida pela Meta 1.

A inclusão de crianças com necessidades especiais foi um dos pontos mais relevantes da pesquisa, pois segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação a demanda por vagas na EI tem crescido bastante, tornando-se importante o cumprimento da estratégia 1.7, que busca priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, principalmente aqueles com autismo.

Os caminhos para a Conferência Municipal de Educação que contemplou as Unidades Escolares, sociedade Civil e teve caráter deliberativo e apresentou um conjunto de propostas de emendas a serem encaminhadas à Etapa Estadual da IV CONAE 2022, serviu de direcionamento para a melhoria do presente Plano Municipal de Educação, bem como ajudou na escolha democrática de líderes da gestão escolar e conselhos escolares.

Para Dye (2009) poucas vezes as pessoas agem no sentido de impulsionar a maximização de todos os seus valores, normalmente, agem com o objetivo de satisfazer seus interesses particulares.

Percebe-se que nem todas as opções para a solução de um problema social são aplicadas na realização do objetivo. Para Dye (2009) as políticas de governo obtêm como resultado obrigações legais, haja vista que envolvem a universalidade para todas as pessoas que fazem parte da sociedade, sejam os grupos ou organizações que fazem parte de um pequeno grupo de pessoas da sociedade.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que orienta essa pesquisa é “De que maneira a execução das ações de Educação Infantil em Capão da Canoa (RS) responde às metas definidas no Plano Municipal de Educação?”.

Diante do que se busca alcançar com uma política pública, atingir determinado público de uma faixa etária, como foi o caso da Educação Infantil, antes considerada como creche e hoje com nomenclatura de escola, percebe-se que o PME possui estratégias interligadas com o PNE, tornando mais efetivo e legítimo o modo de aplicação dos meios para se atingir o resultado almejado.

A pesquisa buscou avaliar as ações que foram realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Poder Executivo, equipes diretivas, servidores da educação a partir do que foi estabelecido pelo Plano Municipal de Educação para a Educação Infantil, destacando-se o aumento das vagas no período pesquisado, que garantiu mais acesso à Educação para a comunidade escolar com idade de 0 a 5 anos.

Com isso, observa-se a necessidade de haver a participação ativa da sociedade na avaliação das políticas públicas, seja por meio do conselho escolar junto à escola para que sejam discutidos os resultados do PME, seja por meio de audiências públicas com o processo de escuta dos cidadãos junto aos parlamentares, tendo em vista que a legitimidade do processo avaliativo público pode se tornar legal sob o ponto de vista jurídico.

Os dados levantados permitem afirmar que as ações do PME de Educação Infantil em Capão da Canoa que foram executadas através das estratégias da Meta 1 vieram baseadas no Plano Nacional de Educação e foram discutidas periodicamente entre gestores escolares, Secretaria Municipal de Educação, Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores, Comissões de Educação e Coordenação, Fórum e Conferência Municipal de Educação, sociedade civil, conselhos escolares, por meio de reuniões, audiências públicas, conferências municipais de Educação de modo que fosse acompanhado o andamento das estratégias por meio de relatórios fornecidos pelos gestores escolares juntamente com Atas de reuniões.

Em relação ao cumprimento das 12 estratégias determinadas pela Meta 1 do PME de Capão da Canoa, tiveram 7 estratégias cumpridas e 5 estratégias ainda não cumpridas, mas que estão sendo trabalhadas pela Secretaria Municipal de Educação, dentre as estratégias não cumpridas destaca-se o fortalecimento para o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, pois está sendo feita a pesquisa de modelos de sistemas de gestão que possam integrar todos as secretarias responsáveis por essas informações, de modo que seja distribuído corretamente os recursos de programa sociais do governo Federal.

No que se refere às lacunas das estratégias que não foram cumpridas, destaca - se a estratégia 2 do PME que visa adquirir novos espaços para a construção de novas escolas, pois segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação existem 2 novas escolas que serão inauguradas em 2023. No entanto, não existe nenhuma parceria realizada com a União para a aquisição de espaços para que sejam construídas outras escolas de Educação Infantil.

Outra estratégia não cumprida que merece ser comentada é o desenvolvimento de programas de orientação e apoio às famílias por meio de integração entre as áreas da saúde, educação e assistência social para as crianças de até 3 anos de idade, porque nessa perspectiva existe uma integração da Assistência social junto a Educação Infantil para a identificação de famílias enquadradas nos programas sociais do governo Federal, porém, quanto à área da saúde, não existem programas de orientação para essa faixa etária, mas estão sendo realizados estudos para que juntamente aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sejam identificados pelos agentes comunitários de saúde a quantidade de crianças que poderiam ser atendidas e sejam informadas sobre o atendimento educacional nas escolas de EI através de um sistema integrado de informação.

De um modo geral, há falta de interligação de algumas secretarias para que sejam visualizadas de maneira mais dinâmica ações que possam recolocar

crianças infrequentes nas salas de aula, bem como alocar crianças com vulnerabilidades sociais ou que também possuam direitos de acesso à escola de EI.

As sugestões para obter melhores resultados das estratégias elaboradas na Meta 1 do PME são a realização de avaliação periódica mensal sobre o andamento de cada estratégia, implantação de um aplicativo de pesquisa de satisfação sobre o atendimento prestado pelos servidores aos estudantes, criação de canal na ouvidoria vinculado ao PME, implantação de um sistema municipal de educação, buscar maior participação dos servidores públicos de baixo escalão na busca por novas metodologias mais eficazes de trabalho.

Por meio da implantação do sistema municipal de educação é que poderiam ser desenvolvidas novas ações voltadas para as demandas da Educação Infantil no Município, de modo que sejam integradas as secretarias da Assistência social, da Educação e da Saúde. Esse sistema poderia interligar a população inserida dentro dos serviços públicos através de um aplicativo onde pudessem acompanhar as suas solicitações de serviços, assim como a exigência de melhorias aos serviços prestados.

A autonomia do Município seria efetiva com a criação de um sistema integrado de educação para que possa tornar mais interligada a relação entre sociedade e Município na formulação de políticas públicas. Desse modo, seria necessário incluir a participação do Conselho Municipal de Educação no acompanhamento gerado pelas demandas da sociedade na prestação dos serviços públicos.

Com isso, cabe ao Poder Público estimular novas metodologias de trabalho aos entes federativos, seja por meio de implantação de aplicativos seja através da criação de novos canais de atendimento a população frequentadora dos serviços públicos, gerando parcerias as quais busquem avaliar as políticas públicas realizadas pelo ente Municipal.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Calidad educativa y efectividad escolar: **conceptos y características**. Educação em Debate, Fortaleza, v. 1, n. 39, p. 7-14, 2000.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo. **A educação infantil no contexto das políticas públicas**. Revista Brasileira de Educação. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Brasília: 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bJyv3QRXJvbWmmZRzhmHRgC/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 25/03/2022

BONAT, Debora. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009

BRASIL. República Federativa. Lei 3.121 de 2015 aprova o Plano Municipal de Educação, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 10/05/2022

BRASIL. República Federativa. Lei 12.796 de 2013 **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em: 01/04/2022

BRASIL. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 23, n. 3, p. 483-495, set/dez. 2007.

Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol23n32007.19144>: Acesso em: 22/04/2022.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Em meio a pandemia escolas estaduais continuam em situação precária no RS Disponível em: <https://guaiba.com.br/2021/06/29/em-meio-a-pandemia-escolasestaduais-continuam-em-situacao-precaria-no-rs/> Acesso: 26/08/2021

FARIA, Carlos Aurélio P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2003), "Idéias, conhecimento e políticas públicas: **um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51): 21-30.

FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson; DOMINGUES, Juliana dos reis. **Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida**. Cadernos de Pesquisa v.47 n.163 p.320-341 jan./mar. 2017.

GENTILINI, João Augusto. Atores, cenários e planos: **o planejamento estratégico situacional e a educação**. Cadernos de Pesquisa. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Tq5pncH4ZJMywY4hJ5xhZrt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25/07/2022

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35 n.3, p.20-29, Mai/Jun. 1995.

IBGE. **Censo Escolar 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-da-canoa/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 20/06/2022.

Incertezas e inseguranças pairam sobre a educação pública no RS Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/03/18/incertezas-e-inseguranças-pairam-sobre-a-educacao-publica-do-rs> Acesso: 28/08/2021

MATUS, Carlos. **O Plano como aposta**. São Paulo em perspectiva 28-42 out/dez 1991. Disponível em:

<http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2015/07/O-Plano-como-Aposta-Matus.pdf>. Acesso em: 23/07/2022

MORO, Catarina. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. **Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil**. Laplage em Revista, vol. 3, núm. 1, 2017 Universidade Federal de São Carlos, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521006>
Acesso em: 20/06/2022

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da administração/UFSC; 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, 1999.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Clearing house, 2016.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michel van. **Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TRIPODI, M.R.F. Locais de governança na educação infantil — **Estudo exploratório dos modos de oferta explicitados nos Planos Municipais de Educação 2014-2024**. Relatório Final de Pesquisa. São Paulo: FAPESP/USP, 2016.

TRIPODI, Zara Figueiredo; DELGADO, Victor Maia Sena; RODRIGUES, Erica Castilho. **Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?** Revista Brasileira de Educação v. 23 e230064 Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PW88Q4Fjt8tkpRTYpd94pNx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20/07/2022

TRIPODI, Zara Figueiredo; DELGADO, Victor Maia Senna; RODRIGUES, Érica Castilho. **Permeabilidade estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os Planos Municipais de Educação (2014-2024)?** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, e230064, 2018.